

Pressões contra desmatamento afetam exportações do Pará

por Nelson Niero Filho
de Belém

Os exportadores de madeira do Pará estão preocupados. A pressão de grupos internacionais a como o Green Peace e o Friends of the Earth, que denunciam a devastação da floresta amazônica, já começou a prejudicar seus negócios.

O governo alemão, grande consumidor de madeiras para a construção civil, informou às empresas brasileiras, em janeiro, que não compraria mais daqueles exportadores que não tivessem um projeto de reflorestamento. O governo da Grã-Bretanha também tomou medida similar, recomendando aos importadores que não mais comprassem matérias-primas oriundas de florestas tropicais.

A partir daí, as empresas brasileiras passaram a imprimir em suas peças exportadas frases como "Nós reflorestamos" ou "Área reflorestada", na tentativa de mudar a imagem dos madeireiros no exterior, ou seja, a de depredadores da flora.

"Estamos procurando ter um contato maior com as entidades ambientalistas", explica Roberto Leão da Silva, gerente de exportação da Medeiraira Pau D'arco Ltda., de Belém, acrescentando que existe "uma má informação muito grande sobre o setor madeireiro do Brasil".

O principal argumento usado pelas pessoas envolvidas neste tipo de exploração é que atividade, diferentemente dos projetos agropastoris e de colonização, é essencialmente seletiva, visando apenas espécies de valor comercial e com diâmetro industrializável (45 centímetros à altura do peito - DAP). Estas espécies representariam hoje, segundo o engenheiro florestal Guilherme Carvalho, da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará e Território do Amapá (Aimex), 2% das mais de 4 mil espécies catalogadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

Apesar disso, as pressões tanto de grupos externos

Madeireiros apresentam sugestões

por Nelson Niero Filho
de Belém

"A realidade não pode ser ignorada. A devastação da floresta amazônica, da maneira que vinha sendo feita, não pode continuar." Esta advertência foi feita pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, aos empresários do setor madeireiro reunidos neste domingo na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), em Belém.

A reunião foi promovida pelos madeireiros que pretendiam discutir com o presidente do Ibama as recentes medidas do Programa "Nossa Natureza" do governo federal, entre elas a necessidade de se fazer o relatório de impacto ambiental (Rima) para qualquer projeto com mais de mil hectares.

O governo, segundo o próprio Mesquita, "é o maior responsável pela devastação da

Amazônia", lembrando a ocupação desordenada que ocorreu a partir da década de 60 por pequenos colonos e grandes projetos agropastoris incentivados pelos governantes. Ele insistiu, portanto, em uma "mudança de atitude, tanto do governo quanto dos empresários, para que se ache uma maneira de explorar os recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente".

Preocupado com a opinião pública internacional ("ninguém de vocês quer que o Brasil continue tendo essa imagem de exterminador da humanidade", disse a certa altura), Mesquita convocou os empresários para um "diálogo honesto", com contribuição de ambas as partes: para que "não fique a impressão de que o governo quer prejudicar os empresários ou de que estes estejam interessados em burlar a lei".

O presidente do Ibama recebeu um documento elaborado pelos representantes dos madeireiros no qual se afirma

que a floresta amazônica — uma área de 260 milhões de hectares — "não pode permanecer como simples ornamento da paisagem regional para uma população nacional que cresce a taxa de 3% ao ano" e apresenta sugestões para uma nova política florestal, destacando uma "autorização para extração seletiva de madeira para fins industriais", somente para pessoas que atuam no setor madeireiro, diferenciando-a da atual autorização para "desmatamento em corte raso", que abrange projetos agropastoris de colonização, etc.

Essa medida, que colocaria a atividade madeireira em posição diferenciada com relação aos empreendimentos que usam o corte raso da floresta, e outras sugeridas no documento serviriam, segundo os empresários, "para garantir o prosseguimento operacional da indústria até que estejam consolidados os projetos de reposição florestal obrigatória.

quanto do governo — com o programa "Nossa Natureza" — estão levando os madeireiros a pensar mais seriamente em implantar projetos de manejo florestal. "As empresas que ainda não fazem reflorestamento estão se conscientizando da necessidade de plantar", acredita Danilo Remor, presidente da Aimex e da Maginco Compensados S.A. "A vocação da Amazônia", diz ele, "é florestal. Se houver uma exploração racional não há perigo de devastação."

Segundo Remor, "a maioria das empresas já tem projetos próprios de reflorestamento", mas ainda não existem dados disponíveis sobre o total da área replantada. Esta estimativa estaria sendo feita pela Aimex, que divulga um trabalho, diz ele, com distribuição na Europa e nos Estados Unidos. Sabe-se que os projetos existentes, com treze anos no máximo, não têm árvores prontas para o corte.

"A pesquisa florestal da Amazônia ainda está engatinhando", afirma Carvalho. "Estima-se um prazo mínimo de vinte anos de crescimento para que uma árvore como o mogno, por exemplo, possa ser aproveitada comercialmente."

Em termos práticos, a reposição florestal é feita hoje no Pará de três maneiras: projetos da própria empresa exploradora, condomínios florestais, com participação de várias empresas, ou ainda o fundo florestal, uma taxa que a empresa que não se encaixa nos dois casos anteriores pagava ao IBDF.

As madeireiras exportam anualmente cerca de 330 mil metros cúbicos de madeiras serradas — principalmente mogno (49%), virola (28%), andiroba (6%), jatobá (4%) e pó amarelo (4%); 9,5 mil metros cúbicos de madeiras em toras (até 1987), 24 mil metros cúbicos de laminados, 70 mil metros cúbicos de compensados e 4 mil

metros cúbicos de "diversos" (caixilhos, portas, etc.). Estima-se uma receita anual com estas exportações de US\$ 140 milhões, representando cerca de 10% da pauta de exportação do Pará, ficando atrás do minério de ferro e do alumínio.

O Estado do Pará tem aproximadamente 3,5 mil serrarias cadastradas pelo IBDF e uma floresta original com 117.898.124 hectares, dos quais, segundo um trabalho do Centro de Sensoriamento Remoto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), 11.477.026 hectares já desmatados. A cobertura vegetal é distribuída da seguinte forma: 82,68% de floresta, 4,86% de cerrado, 2,36% de campos naturais, 0,23% de manguezais, 0,14% de igapós e 9,73% de área com cobertura vegetal alterada pela ação humana, um incremento de 360% em relação ao levantamento feito em 1978.